BEM INFORMADO

BELO HORIZONTE
NOVEMBRO DE 2012
ANO 06 | Nº 58

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Nossa Senhora do Rosário, do Sumidouro, está de volta

_____ Página 05

Entrevista: Cineasta fala sobre sua obra universalmente mineira

_____ Páginas 06 e 07

Iepha lança Guia de Bens Tombados

_____ Páginas 09

Acervo Iepha/MG

Depois de longa batalha judicial, padroeira da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, roubada em 1981, é devolvida e fica sob guarda do Iepha

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?

_____ Confira na página 08

Impresso Especial
7397091256-DR/MG
IEPHA/MG
...CORREIOS...

Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

Novembro de 2012 é um mês para ficar na história do Iepha. A recuperação da imagem de Nossa Senhora do Rosário, da capela de mesmo nome, no Sumidouro (Pedro Leopoldo), faz valer a pena todos os esforços empenhados para localização de bens subtraídos do acervo sacro do nosso estado, superando as adversidades mais variadas.

No dia 14 deste mês, recebemos das mãos do promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, coordenador das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, a imagem de Nossa Senhora do Rosário, que havia sido roubada em 1981. Foi um momento de emoção e alegria. A santa encontrava-se em posse de um colecionador paulista (Veja matéria na página 05).

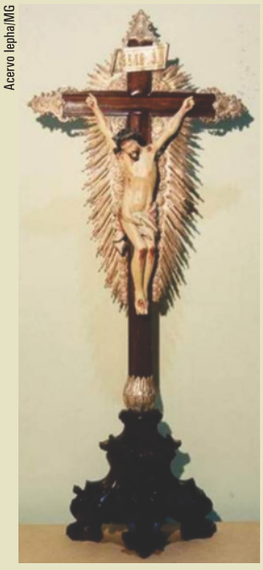
A recuperação da imagem se reveste ainda de maior significado, já que o empresário que a mantinha em sua coleção usou de todos os recursos – e subterfúgios – para não devolvê-la. A peça foi identificada por técnicos do Iepha, em um catálogo de exposição com o acervo do colecionador e, desde 2003, uma verdadeira batalha judicial vinha sendo travada, até culminar na volta de Nossa Senhora às terras mineiras.

Agora, já no Iepha, onde permanecerá até que a decisão da Justiça tenha transitado em julgado, a peça do século XVIII passa por uma avaliação técnica para apurar se alguma intervenção se faz necessária. Ao final, irá retornar à comunidade a que pertence, depois de mais de 20 anos.

Quero destacar aqui que a posse indevida de peças sacras subtraídas dos acervos a que pertencem é crime, assim como sua comercialização. Fica o alerta para os que mantêm bens culturais de forma ilegal em sua posse e o pedido para que devolvam essas peças espontaneamente, para evitar futuros constrangimentos.

Para todos nós do Iepha, essa conquista é mais um estímulo para seguirmos com nosso gratificante e árduo trabalho de proteção e preservação de nossa riqueza histórica e cultural.

Fernando Viana Cabral
Presidente



Acervo Iepha/MG

Peça Recuperada

Nesta edição publicamos o crucifixo, do século XVIII, recuperado, porém sem origem conhecida. A escultura é em madeira policromada, com raios e ponteiras da cruz em prata. As medidas do crucifixo e do Cristo, respectivamente, são: 103 cm e 43 cm de altura; 43 cm e 21 cm de largura; e 16 cm e 7,5 cm de profundidade.

Acredita-se que o crucifixo – com belíssimo trabalho em estilo rococó e excelente trabalho em prata – tem origem baiana.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Governador: Antônio Augusto Junho Anastasia
Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Secretária: Eliane Parreiras
Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
Presidente: Fernando Viana Cabral
Vice-presidente: Pedrosvaldo Caram Santos
Chefe de Gabinete: Danielle Faria
Diretor de Conservação e Restauro: Renato César J. de Souza
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior
Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira
Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)
Textos: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP) e Érika Santos (MG 012987JP)
Diagramação: Pablo do Prado Soares
Fotos: Izabel Chumbinho
Impressão em papel Reciclato 90g/m^3
Tiragem: 2.600 exemplares – Periodicidade: mensal
Impressão e acabamento: Rona Editora

Confira todas as edições do Bem Informado no nosso site (www.iepha.mg.gov.br) no menu publicações.

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

GOVERNO DE MINAS
CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº – 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte – MG
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: iepha@iepha.mg.gov.br

Seminário reúne comunidade eclesiástica para discutir preservação

Acervo Iepha/MG

Aconteceu em Belo Horizonte, entre os dias 22 e 25 de outubro, *o 2º Seminário Igrejas e Bens Culturais: Evangelização e Preservação.* Promovido pela Comissão de Bens Culturais da Igreja Católica – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Regional Leste 2 (que engloba Minas Gerais e Espírito Santo), o seminário contou com a presença de mais de 100 participantes, incluindo representantes de outros estados como Rio de Janeiro.

Realizado em parceria com o Iepha, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Ministério Público Estadual, por meio de sua Coordenadoria das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, o encontro teve por objetivo a motivação das arquidioceses, dioceses e paróquias para a conservação e salvaguarda do patrimônio cultural da Igreja e sua importância no trabalho de evangelização.

O presidente do Iepha, Fernando Cabral, destacou em sua palestra *Preservação dos Bens Culturais* a trajetória da proteção do patrimônio cultural brasileiro desde a década de 1920 até os dias atuais. Cabral apontou fatos importantes como a divulgação da Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao Clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o Patrimônio Artístico da Igreja, em maio de 1926. Assinada por 14 bispos, dentre eles o arcebispo de Belo Horizonte, dom Antônio dos Santos Cabral, a carta é um documento inédito no contexto da preservação do país e aponta, antes mesmo da criação dos institutos de patrimônio, que "*não conservar, portanto o patrimônio artístico, por pequeno que seja, documentos e objectos que servem para a história, é perder um meio de fazer surgir ante os séculos futuros o passado sob seu aspecto peculiar*". Cabral apresentou ainda os principais trabalhos desenvolvidos pelo Iepha e as parcerias com diversas instituições, dentre elas com a Igreja Católica, em benefício da preservação do patrimônio cultural mineiro.

O presidente da Comissão de Bens Culturais e arcebispo metropolitano de Juiz de Fora, dom Gil Antônio Moreira, informou que, em breve, a carta pastoral será reeditada para conhecimento e destacou a participação do Iepha no seminário com a identificação dos interesses comuns que levem à preservação do patrimônio cultural mineiro.

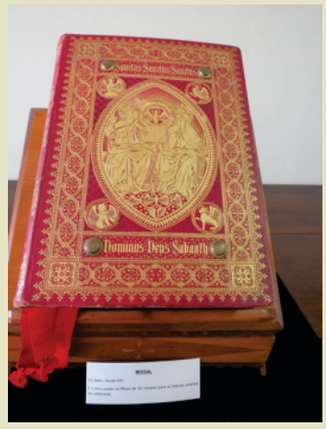
Para o coordenador das Promotorias Estaduais de Defesa do Patrimônio Cultural, promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, também participante do seminário, a realização de eventos como esse é muito importante porque reúne os diversos atores (bispos, párocos, administradores religiosos e autoridades públicas dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural) que lidam cotidianamente com o patrimônio cultural sacro. Para Miranda "a magnitude dos problemas deixa evidente a necessidade de integração de ações e compartilhamento de responsabilidades. Procuramos, em nossa fala durante o evento, deixar isso muito claro. Foi gratificante perceber que a Igreja Católica, por meio da CNBB, está despertando para o enfrentamento dessas questões de maneira mais efetiva, integrada e coordenada. O patrimônio cultural sacro mineiro merece".

Orientações do Iepha

As diretorias de Proteção e Memória e de Conservação e Restauração do Iepha também marcaram presença no seminário, apresentando orientações técnicas aos participantes. A gerente de Identificação, Ângela Dolabela Cânfora, apresentou a palestra *Inventariação e Catalogação de Bens Culturais*, em que destacou a importância da realização do inventário das peças sacras pertencentes às capelas, igrejas e museus sacros. A gerente destacou as informações básicas e necessárias que o documento deve reunir e apresentou o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG), atividade sistemática de pesquisa, identificação e documentação de bens desenvolvida pelo Iepha desde a década de 1980.

A gerente de Elementos Artísticos, Ana Martins Panisset, apresentou a palestra *Medidas de Segurança na Preservação dos Bens Culturais,* destacando as ações necessárias para garantir a integridade e a segurança das peças sacras, além de orientar os participantes quanto à restauração e manuseio de determinadas peças que devem ser feitas somente por pessoas tecnicamente qualificadas.

Preservar patrimônio cultural sacro sempre foi orientação da Igreja Católica



Divulgação/Memorial da Arquidiocese

Durante a realização do *2º Seminário Igrejas e Bens Culturais*, foi destacada pelo presidente do Iepha, Fernando Cabral, a relação da Igreja com o seu patrimônio cultural ao longo dos tempos. Entre as medidas apresentadas, estão os diversos documentos divulgados pelo Vaticano na orientação do clero para o tema. O *Bem Informado* apresenta alguns desses documentos, considerados fundamentais para a preservação do patrimônio cultural sacro.

Com a divulgação de *motus próprio* (semelhante a um decreto), recomendações e outros atos, a Igreja sempre reconheceu a importância e o valor dos seus bens que, além de sua função eclesiástica, cumprem uma função cultural que denota a própria identidade de um povo.

Reconhecendo a relevância do tema, o então Papa João Paulo II criou, em 1988, a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, que tem como missão a atenção que deve ser dedicada ao patrimônio histórico e artístico da Igreja. A Comissão reforçou a necessidade de preparar os futuros sacerdotes para o cuidado dos bens culturais da Igreja defendendo o patrimônio artístico "*como parte integrante do seu ministério a promoção, a conservação e a valorização das mais excelsas expressões do espírito humano nos campos artístico e histórico*" (Carta circular aos ordinários diocesanos sobre a formação dos candidatos ao sacerdócio sobre os bens culturais, 15/10/1992).

Algumas outras cartas circulares foram divulgadas com objetivo de orientar os sacerdotes sobre a preservação dos bens culturais em suas mais variadas expressões. Prova disso são as cartas *Bibliotecas eclesiásticas na missão da Igreja*, de 1994; *A função pastoral dos arquivos eclesiásticos*, de 1997; *Necessidade e urgência da inventariação e catalogação dos bens culturais da Igreja*, de 1999; e *A função pastoral dos museus eclesiásticos*, de 2001.

No Brasil, esse reconhecimento se estendeu, em 2010, com o Decreto Federal nº 7.107 – sobre o acordo assinado entre o governo brasileiro a e Santa Sé. No documento, o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica e os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas foram considerados como *"parte relevante do patrimônio cultural brasileiro"*. No acordo, a Igreja, ciente do valor do patrimônio cultural sob sua tutela, se compromete a *"facilitar o acesso a ele para todos os que o queiram conhecer e estudar, salvaguardadas as suas finalidades religiosas e as exigências de sua proteção e da tutela dos arquivos"* (§ 2º do Art.6º).

| Arquidiocese de BH comemora os 50 anos da abertura do Concílio Vaticano II

Foi aberta no dia 11 de outubro, no Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, a Exposição Concílio Vaticano II (fotos). O Concílio Vaticano, realizado entre 1962 e 1965, foi um dos maiores eventos da Igreja Católica, em que seus bispos estiveram reunidos para esclarecer diversas questões da fé, da moral e das suas práticas e ritos. As decisões do Concílio iriam significar a entrada da igreja em uma nova etapa de sua trajetória, e que tem como uma de suas marcas, um contato mais próximo com as comunidades.

Na abertura da exposição, o arcebispo de BH, dom Walmor Oliveira de Azevedo, destacou a oportunidade para que os fiéis conheçam os tesouros da memória da Igreja. Entre as preciosidades expostas um solidéu usado pelo Papa João XXIII e um caderno com anotações do segundo arcebispo de BH, dom João Resende Costa, sobre o Concílio.

A exposição, além de fazer parte das comemorações dos 50 anos de abertura do Concílio, relembra os 20 anos da publicação do catecismo da Igreja Católica e marca o início do Ano da Fé, instituído pelo papa Bento XVI.

Memorial da Arquidiocese – Praça Duque de Caxias, 200, bairro Santa Tereza, Belo Horizonte (MG).

Imagem de Nossa do Rosário é recuperada

Com a presença de representantes da comunidade do distrito de Fidalgo, em Pedro Leopoldo, foi entregue, no dia 14 deste mês, a imagem da padroeira da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, que havia sido roubada em dezembro de 1981. O promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, coordenador das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, fez a entrega formal da peça ao presidente do Iepha, Fernando Cabral, já que a instituição passa a ter sua guarda, até o final dos trâmites judiciais.

Desde 2003, quando a imagem do século XVIII, feita em madeira policromada, foi reconhecida por técnicos do Iepha em catálogo de exposição do acervo de um colecionador paulista, uma verdadeira batalha veio sendo travada para que a peça sacra voltasse à comunidade que, há mais de 200 anos, a tem como objeto de fé e devoção.

Para não cumprir a determinação judicial de busca e apreensão, uma das alegações feitas pelo colecionador, na tentativa de provar que a imagem de seu acervo não era a mesma da Capela do Sumidouro, era a falta do dedo direito da santa e a posição diferente do braço do Menino Jesus. Porém, curiosamente, ele próprio ajudou a confirmar a verdadeira procedência da peça. Exame radiográfico da peça, fornecido por ele, passou por laudo de especialistas da Escola de Belas Artes da UFMG que constataram que o dedo da santa e o braço do Menino Jesus eram intervenções posteriores.

Acervo Iepha/MG

Fernando Cabral, presidente do Iepha, pe. Alexandre e pessoas da comunidade apreciam a Santa

Em 29 de outubro último, o Ministério Público de Minas Gerais solicitou que o mandado de busca e apreensão fosse expedido em sigilo para que o comerciante não escondesse a imagem – o que já havia sido feito em outras duas ocasiões. O juiz da 1ª Vara Cível de Belo Horizonte expediu o mandado e técnicos do Ministério Público foram, acompanhados da restauradora do Iepha Maria Ângela Pinheiro, a São Paulo cumprir a determinação.

A imagem, pertencente ao acervo da capela, ambos tombados pelo Iepha em 1976, passa agora por uma perícia feita por técnicos do Iepha, para verificar seu estado de conservação.

Parcerias

A recuperação da imagem de Nossa Senhora do Rosário comprova a importância da união de esforços para preservação e salvaguarda do patrimônio histórico. Iepha, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, especialistas em arte sacra e comunidade foram parceiros fundamentais para o sucesso da empreitada. Como ressaltou o promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, no ato de entrega da imagem, esse é um exemplo do que vem sendo feito por patrimônio mineiro, que ressalta a importância da construção coletiva de ações.

Para o presidente do Iepha, Fernando Cabral, o roubo de imagens sacras se caracteriza como um crime ainda mais pernicioso pois "se rouba algo caro à fé de uma comunidade". Cabral ressalta também que a recuperação de Nossa Senhora do Rosário seja um alerta, uma chamada de consciência, para todos aqueles que guardam peças sacras, de procedência desconhecida, dentro de suas casas ou fazendas. O padre Alexandre, da Capela do Sumidouro, destaca a importância da volta da imagem, que fez parte de vários momentos das histórias de muitas famílias da comunidade como batizados, primeiras comunhões, procissões.

Denuncie

Se você tem conhecimento da localização de alguma peça desaparecida, faça sua parte. Entre em contato por meio do faleconosco, disponível no site do Iepha, ou pelo telefone (31) 3235-2800.

ENTREVISTA – Helvécio Ratton

Olhar universal a partir de Mi

O entrevistado desse mês do *Bem Informado* é o cineasta Helvécio Ratton. Mineiro, nascido em Divinópolis, em 1949, militou no movimento estudantil na década de 1970, quando se exilou no Chile, onde trabalhou em diversas produções. De volta ao Brasil, estudou Psicologia na PUC Minas e se associou ao Grupo Novo de Cinema, dirigindo e produzindo filmes de curta e longa-metragem.

Entre suas obras estão, seu filme de estreia, *A dança dos bonecos* (1986), premiado em Brasília, em Gramado e em festivais na Itália, na Alemanha e em Portugal; *Uma onda no ar* (2002), vencedor de dez prêmios em festivais nos EUA, Europa e Brasil; e *Batismo de Sangue* (2006), vencedor de dois troféus Candango – melhor diretor e melhor fotografia – no Festival de Brasília de 2006.

Foto: Ricardo Lima

O que lhe motivou a seguir a carreira de cineasta?

Eu acho que a paixão eu sempre tive pelo cinema. Desde a adolescência, adorava ver os filmes e ir ao cinema, mas via como uma coisa muito distante. Acho que na época do Cinema Novo, quando ainda era garoto e via os filmes brasileiros principalmente, é que eu vi que era possível fazer cinema, que era uma coisa que também podia ser perto da gente; não era aquela coisa tão distante de quando a gente assistia às produções norte-americanas, que mostravam apenas a América do Norte.

Acho que o meu contato com o cinema brasileiro é que me deu essa vontade de também fazer filmes e eu acabei começando a fazer cinema fora do Brasil. Eu até fiz algumas coisas amadoras aqui, mas tive minha primeira experiência profissional no Chile, quando estava morando lá, já nos anos 1970.

Sua filmografia é, em grande parte, ambientada em Minas Gerais, mas muitos dos temas abordados poderiam ter por cenário qualquer outro lugar. Por que essa escolha?

Isso é por uma razão simples e direta: cinema é uma atividade muito cara, com custos muito altos. Minas Gerais é um lugar que tem cenários fabulosos e muito diversos. A gente tem aqui, por exemplo, cidades históricas, natureza rica, cidades grandes e cidades menores. Ou seja, eu tenho uma quantidade enorme de cenários disponíveis em Minas Gerais, muitas histórias boas, bons atores, e eu consigo rodar aqui com um custo muito mais barato. Então por que eu vou fazer em outro lugar, se eu posso fazer aqui mesmo, no quintal da minha casa? Na verdade eu sigo muito o princípio de Leon Tolstoi: "Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia".

Como foi dirigir bonecos em *A dança dos bonecos*?

A dança dos bonecos é a história dos bonecos de uma menina que ganham a vida. Quando você usa bonecos é como se eles fossem um ator, porque, na verdade, a representação dele ali, a forma como ele é manipulado, é feita por um ator; e muitas vezes existe um ator falando as falas do boneco. Então eu sempre entendi e encarei o boneco como mais um ator.

Mas é óbvio que é diferente: o boneco exerce uma atração muito grande sobre a criança porque, se você pensar numa hierarquia, o boneco está abaixo dela. Você tem o adulto, o jovem, a criança. E o boneco está abaixo dessa escala. O boneco precisa da criança e por isso ela se sente muito ligada, quer proteger o boneco assim como ela é protegida pelo adulto – ou deveria ser. Essa comunicação que os bonecos têm tanto com as crianças quanto com a gente, adultos, é muito grande.

O premiado *Uma onda no ar*, diferentemente de outras produções ambientadas nas favelas, que retratam a violência e o tráfico de drogas, conta a história de uma iniciativa que deu certo e que ganhou prêmios da ONU. Como foi mostrar isso no cinema?

Uma onda no ar é inspirada na história da Rádio Favela, de Belo Horizonte, que é uma rádio que eu ouvia quando ainda era clandestina. Sempre me interessei muito pela história de jovens, negros, moradores de uma favela que tinham conseguido se organizar, montar uma rádio e fazer dela um sucesso em toda a cidade.

Um dia resolvi subir o morro e conhecer essa rádio, conhecer os diretores, especialmente o Misael (Misael Avelino dos Santos), de quem eu me tornei amigo. Em uma das minhas idas lá, o Misael me contou a história dele e eu resolvi roteirizar. Achei que era uma história que valia a pena ser contada, especialmente por ser uma história de sucesso, uma vitória de gente do povo. Porque história de

nas

fracasso, de morte, de tragédia que vem da favela a gente conhece todo dia em qualquer noticiário, mas histórias assim bem sucedidas são raras. Isso foi o que me atraiu na história da Rádio Favela.

No seu documentário *O mineiro e o queijo*, o senhor fala sobre uma das tradições de Minas e bem registrado pelo Iepha e pelo Iphan. Qual a percepção que o senhor tem sobre o modo de fazer o Queijo de Minas?

O queijo sempre fez parte da minha vida e me interessei em conhecer mais sobre a história dele quando saiu o registro feito pelo Iepha, ainda em 2002. Foi a partir daí que eu comecei a fazer uma série de pesquisas. Mas foi depois que o Iphan também fez o registro é que eu comecei a fazer o documentário.

Quando fui fazer o documentário, eu me interessava na verdade por conhecer essa tradição, saber como esse queijo surgiu aqui em Minas, por que se adaptou tão bem na vida dos mineiros. E ao começar a pesquisa foi que eu percebi que, ao lado dessa tradição, havia uma grande contradição que era o fato do queijo ser registrado como bem imaterial do país e ser proibido de circular fora de Minas Gerais. Ou seja, para os mineiros ele não faz mal, mas para o resto do povo brasileiro ele poderia fazer mal. Por causa dessa contradição maluca eu comecei a pesquisar o que existia por trás dela, então meu filme pega esse dois lados: a tradição de quase 300 anos e a proibição de venda fora dos limites mineiros.

Mesmo estando fora do eixo Rio/São Paulo, Belo Horizonte tem uma tradição de cineastas que começou na década de 1950 com o Centro de Estudos Cinematográficos – CEC –, passando por sua geração e chegando até recentemente com Cao Guimarães. Como você vê esse interesse pelo cinema?

Minas sempre teve uma vocação muito grande para o audiovisual, embora nossa produção não seja grande; na verdade é até pequena, mas é uma grande vocação, inclusive ligada a videoarte. A gente sempre teve bons criadores de audiovisual em Minas e muita gente que é atraída para fazer cinema e televisão aqui.

Até a minha geração, as pessoas iam para o Rio de Janeiro para fazer cinema; atualmente tem muita gente que faz aqui. Agora o que precisa é ter apoio, porque o que tem pouco aqui é o apoio, há poucos programas de estímulo ao audiovisual em Minas Gerais.

Em *Segredo dos diamantes*, seu próximo filme, novamente Minas é o cenário. Conte um pouco sobre ele.

Nesse momento eu estou finalizando o *Segredo dos Diamantes*, já estamos concluindo a montagem e, em seguida, vamos começar os efeitos especiais, que são muitos. Nós rodamos na região do Serro, São Gonçalo, Milho Verde, fizemos algumas coisas em Sabará e Belo Horizonte, um pouco também em Moeda.

O filme conta a história de um garoto que sai ileso de um acidente de carro, mas seu pai fica muito mal e precisa de dinheiro para ser transferido para um hospital maior para ser operado. E o menino, junto com outros dois garotos, vai atrás dessa lenda dos diamantes – que o próprio pai é o tio buscaram desde pequenos – para salvar a vida do pai. É uma história muito emocionante, muito bacana. É uma aventura, mas é uma aventura com sentimentos, não é uma aventura simplesmente com peripécias, ao mesmo tempo tem muita emoção e tem raízes na nossa história. Além disso, é filmada na região do Serro que, por si só, já é uma locação belíssima.

Foto: Rusty Marcellini

Helvécio e equipe durante filmagens de *O mineiro e o queijo*

| Queijo artesanal no Iepha Discute

No dia 25 de outubro, Helvécio Ratton foi o convidado de mais uma edição do Iepha Discute. O cineasta exibiu trechos de seu documentário *O mineiro e o queijo* e participou de um bate-papo com o gerente de Patrimônio Imaterial do Iepha, Luís Molinari Mundim, e com a plateia, que contou, entre os presentes, com o arquiteto Flávio Carsalade, que presidia o Iepha em 2002, quando o Modo de Fazer do Queijo Artesanal da Região do Serro foi registrado.

Para quem ainda não teve a oportunidade de assistir ao documentário, uma boa notícia: o DVD acaba de ser lançado e já está a venda na livraria, Leitura e nas locadoras BHZ Video (também locação).

O Iepha Discute é uma iniciativa do Iepha que prevê a realização de palestras informais sobre o patrimônio cultural, contribuindo para a reflexão e a produção de conhecimento sobre o tema, estimulando uma discussão junto a setores culturais e à sociedade em geral. O programa dá continuidade ao trabalho iniciado pelo Instituto na década de 1980, buscando uma aproximação da instituição com a sociedade, e reforça a sua missão de garantir a divulgação e fruição do patrimônio cultural por meio de diferentes atividades.

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Palácio Arquiepiscopal Cristo Rei – Belo Horizonte

O detalhe desta edição está nos jardins do Palácio Arquiepiscopal Cristo Rei, em Belo Horizonte, e é uma homenagem a dom Antônio dos Santos Cabral.

Dom Cabral foi o primeiro bispo e o primeiro arcebispo metropolitano de Belo Horizonte. Nascido em Propriá, no estado de Sergipe, em 1884, foi transferido para a capital mineira em 1922 e tomou posse em 30 de abril daquele ano. Faleceu em 1967, aos 83 anos.

Construída em 1937, a sede da Arquidiocese de Belo Horizonte segue o estilo *art déco* com revestimento em pó de pedra. O projeto é de autoria do arquiteto Raffaello Berti, porém tem assinatura de seu sócio Luiz Signorelli, devido a impedimentos legais do estrangeiro Berti.

Acervo Iepha/MG

BLOCO DE NOTAS

| Dia do servidor

Durante as comemorações do Dia do Servidor no Iepha, o presidente do Instituto, Fernando Cabral, fez a entrega de seis obras que acabaram de passar por restauração no ateliê da Gerência de Elementos Artísticos.

A tela *Diabolô*, pertencente ao acervo do Palácio das Mangabeiras, foi recebida pela coordenadora geral do Palácio, Andréa Aguiar; três bonecas de cerâmica do Vale do Jequitinhonha, do acervo da Secretaria de Estado de Turismo, foram recebidas pela superintendente de Políticas do Turismo, Cláudia Bolognani; e as imagens de São José de Botas e de Nossa Senhora da Soledade, pertencentes ao acervo da Capela Nossa Senha da Soledade, de Lobo Leite, foram recebidas por Eladio Duarte, representante da capela, e Maurício Geraldo Vieira, representante da Prefeitura de Congonhas.

| Cursos

Sempre pensando no aprimoramento de seu corpo técnico, o Iepha oferece cursos de capacitação aos seus servidores. Nas últimas semanas foram oferecidos cinco cursos. Entre 15 e 30 de outubro, foi realizado o curso de *Elaboração e Avaliação de Projetos Culturais*, com a gestora cultural Maria Helena Cunha. Os alunos desenvolveram cinco projetos e a ideia agora é que sejam colocados em prática. No dia 25 de outubro, a fundadora do Cecor, Beatriz Coelho, participou do programa de Seminários Técnicos da Diretoria de Conservação e Restauração, com o curso *Imaginária Mineira: iconografia, materiais e técnicas*.

De 5 a 9 de novembro, o curso *Irmandade e Iconlogia: Rituais, Festas e Procissões nas Minas Gerais: séculos XVIII, XIX e XX* foi ministrado pela professora Adalgisa Arantes, que também foi responsável pelo curso *Religiosidade nas Minas Gerais: Mecenato No Período Colonial: Ordens Religiosas, Irmandades Leigas e Ordens Terceiras*, entre os dias 19 e 23 de novembro.

Entre 19 e 21 de novembro, dentro do Programa de Capacitação de Recursos Humanos – PCRH da Fapemig, o professor Vanderlei Batista dos Santos ministrou o curso *Gestão de Documentos Eletrônicos na Administração Pública.*

Iepha lança Guia dos Bens Tombados

Um antigo sonho do Iepha finalmente se torna realidade. Acaba de ser impresso o Guia dos Bens Tombados, que registra 100 dos 135 bens tombados pelo Instituto, documentando parte de um dos mais ricos patrimônios culturais do Brasil. Futuramente, nova publicação trará os outros bens com proteção estadual. O lançamento da obra ainda terá sua data definida.

A iniciativa é um marco na história do Instituto que, por meio do Guia, poderá compartilhar com a sociedade cerca de 40 anos de pesquisa histórica e bibliográfica sobre o patrimônio cultural de Minas. A publicação de informações textuais e iconográficas sobre os bens tombados pelo Estado é uma referência para estudos, pesquisas históricas e bibliográficas sobre o patrimônio mineiro.

O Guia dos Bens Tombados traduz o esforço conjunto de toda uma equipe técnica que se empenhou na produção do material. Participaram como autores os servidores: Adalberto Andrade Mateus, Ailton Batista da Silva, Ailton Pereira Santana, Alessandra Deotti e Silva, André de Souza Miranda, Andréa Sasdelli Leite Praça, Angela Dolabela Canfora, Delmari Ângela Ribeiro, Elizabeth Sales de Carvalho, Daniele Rossato Silva, Daniele Gomes Ferreira, Fabiele Santos Costa, Fernando de Castro Veado, Guilherme Gomes da Silva, Gustavo Tanus Cesário de Souza, Hugo Gonçalves Rocha, Helaine Nolasco Queiroz, Jader Barroso Neto, João Santana Pardo, Joacir Silva Concelos, Keila Pinto Guimarães, Leila Lovaglio Rossi, Luis Gustavo Molinari Mundim, Maria Ângela Pinheiro, Maria Beatriz Ribeiro Clímaco, Maria Cristina Trivellato, Maria Eliza Castellanos Solá, Maria Inêz Cândido, Maria Marta Martins de Araújo, Miguel Angelo Capobianco, Roberta Duarte Magalhães, Rosana de Souza Marques, Rubem Lima de S. Fortes, Ruth Villamarim Soares, Sávio Tadeu Guimarães, Silvana Cançado Trindade, Tarcísio de Guadalupe S. Ferreira Gomes, Vera Chacham e Yukie Noce Watanabe.

Obras na Praça da Liberdade para atender normas

Quem passa pela Praça da Liberdade, região Centro-Sul Belo Horizonte, deve estranhar os passeios quebrados e homens trabalhando com britadeiras e escavadeiras. As obras fazem parte do projeto de Agenciamento e Tratamento Urbanístico da Praça da Liberdade.

A proposta foi idealizada tendo em vista que os passeios da Praça e seu entorno encontravam-se em estado de degradação, além de não atenderem às normas do Código de Posturas de Prefeitura de Belo Horizonte e às normas de acessibilidade – rampas, rebaixos e pavimentações táteis de orientação e alerta.

A primeira fase do projeto começou em fevereiro de 2011 e foi concluída no início deste ano, com investimento de aproximadamente R$ 860 mil, com verba do Iepha. A segunda etapa está em andamento, com previsão para terminar até o fim do ano, e a verba é do Departamento Estadual de Obras Públicas. Uma terceira etapa ainda não tem data para começar.

Ponto turístico

A Praça é um dos locais mais visitados da capital, principalmente após implantação do Circuito Cultural Praça da Liberdade. Também no mês de dezembro, quando recebe a iluminação de Natal, o espaço recebe inúmeros turistas e moradores. Este ano os corredores serão iluminados com luzes vermelhas, enquanto a Alameda Travessia terá luzes verdes e brancas. Algumas árvores vão receber equipamentos com luzes de LED. As fontes também vão receber iluminação. Além disso, a decoração deve ter bonecos de Papai Noel e outros temas natalinos.

Projetos de Nascentes marcam cenário da Nova Capital

Nascido na capital carioca, em 25 de fevereiro de 1853, o arquiteto e desenhista Edgar Nascentes Coelho é autor de projetos de alguns dos símbolos arquitetônicos dos primeiros tempos de Belo Horizonte. Entre eles destacam-se o do prédio do Tribunal da Relação (atual sede do sede do Instituto de Educação), da Igreja Matriz de São José e da Igreja Sagrado Coração de Jesus.

Diplomado pela Escola de Belas Artes, transferiu-se para Belo Horizonte em 1894, atuando como primeiro desenhista da Seção de Arquitetura da Comissão Construtora da Nova Capital. Ele foi responsável pelos desenhos das pranchas dos projetos de José de Magalhães e também assinou outros de sua própria autoria. Participou da elaboração e execução de plantas e de projetos de vários edifícios públicos de BH.

Em 1898 foi nomeado desenhista da Secretaria de Agricultura e, nos anos seguintes, projetou a Caixa D`água e a Casa da Guarda do Palácio da Liberdade, e a Igreja Santa Efigênia. Elaborou também projetos arquitetônicos para os jardins da Praça da Liberdade, como o Pavilhão da Música (coreto). Já em 1906, projetou o prédio da União Brasileira de Tecidos, antiga Cia. Industrial Belo Horizonte (conhecido por 104 Tecidos), localizado na Praça da Estação.

Edgar também foi responsável ainda por projetos de diversas residências particulares, muitas demolidas ao longo dos anos.

Coreto da Praça da Liberdade

Prédio do Instituto de Educação

Igreja Sagrado Coração de Jesus

Igreja Matriz de São José

Fotos Acervo Iephaa/MG

BEM TOMBADO

Prédio do Antigo Conselho Deliberativo e Câmara Municipal de Belo Horizonte

Fotos Acervo Iepha/MG

No mês em que se comemoram os 123 anos da Proclamação da República no Brasil, o *Bem Informado* apresenta o prédio do antigo Conselho Deliberativo e Câmara Municipal de Belo Horizonte, atual Centro de Cultura Belo Horizonte.

Localizada na esquina de Rua da Bahia com Avenida Augusto de Lima, a edificação, tombada pelo Iepha em 1975, tem planta em "V" e ângulo obtuso cortado, símbolo do empreendedorismo da elite política que assumiu o poder em Minas Gerais com a Proclamação da República, em 1889. A bela construção foi inaugurada em 1914, ainda em obras, abrigando, além do Conselho, a Biblioteca Pública Municipal.

Com projeto de autoria do arquiteto Francisco Izidro Monteiro, o edifício foi construído entre 1911 e 1916, para abrigar, inicialmente, essas duas instituições. Inspirada no espírito da modernidade, a construção se insere dentro do ecletismo que, mesclando elementos formais variados, resulta em um conjunto harmônico identificado, muitas vezes, como neogótico manuelino. Construído pela Prado Lopes, sua ornamentação interna foi executada pelo escultor João Morandi e o entalhador Gabriel Galante, famosos artistas da época.

Internamente, a escada monumental, os coloridos vitrais, o tratamento dos forros e de cimalhas demonstram o tratamento cuidadoso da edificação que, já em 1920, recebeu um elevador, novidade para a época. Inovação também é sua estrutura de ferro que foi utilizada pela primeira vez em Belo Horizonte.

O Conselho Deliberativo foi criado para sanar divergências entre aqueles que não aceitavam a total vinculação da capital ao governo estadual. A alternativa encontrada e viabilizada por meio da Lei Estadual nº 275, de 12 de setembro de 1899, foi a criação do Conselho, composto por cinco membros eleitos responsáveis por votar os impostos e decretar as despesas necessárias aos negócios e serviços da administração da Capital. E, assim, em eleição realizada em 5 de novembro daquele mesmo ano, foram escolhidos pela população da cidade seus primeiros representantes, entre eles políticos de renome nacional e adeptos do novo regime como Afonso Pena e Levindo Lopes.

Em 1947, no contexto de redemocratização nacional, o prédio passou a abrigar a Câmara Municipal de Belo Horizonte que ali permaneceu até 1973, quando se transferiu para o então denominado Palácio Francisco Bicalho, localizado na Rua Tamoios, 341. Isso até 1988, quando foi reinstalada na atual sede, na Avenida dos Andradas, 3.100.

O imóvel também abrigou a primeira rádio de Belo Horizonte, a PRC-7, Rádio Mineira, ali instalada em 1931. Em fins de 1974 passou a abrigar o Museu de Mineralogia "Prof. Djalma Guimarães", inicialmente com quatro mil amostras de pedras preciosas e semipreciosas, grande parte pertencente ao acervo da extinta Feira de Amostras, que foi cedido ao município pelo governador Rondon Pacheco.

Versões para a origem de Cemitério do Peixe

Fotos: Acervo Iephaa/MG

É comum na história encontrarmos mais de uma versão para a denominação dada a um lugar ou mesmo para explicar sua origem. Não é diferente como Cemitério do Peixe, o pequeno povoado localizado no distrito de Capitão Felizardo, pertencente ao município de Conceição do Mato Dentro, a 250 quilômetros de Belo Horizonte.

São três as histórias da origem da localidade, situada em uma grande elevação e banhada pelo Rio Paraúna, que é composta por um conjunto de cerca de cem casas, uma igrejinha e um cemitério. Hoje o Cemitério do Peixe é praticamente uma cidade fantasma durante todo ano, só ganhando vida no mês de agosto, quando se celebra o Jubileu das Almas e milhares de romeiros visitam o local.

Uma das versões para o surgimento do Cemitério do Peixe é contada por antigos moradores do local. Segundo eles, uma fatalidade deu origem ao povoado. Há cerca de 200 anos, um padre de sobrenome Peixe, em viagem de Santana de Pirapama para a região de Conceição do Mato Dentro, passando por ali, caiu enfermo. Como o local era de pouco recursos, ele veio a falecer.

O corpo do Padre Peixe foi enterrado no chão batido, próximo ao Rio Paraúna. Somente muitos anos depois, foi construída no local uma lápide e um cemitério usando alvenaria e pedras retiradas do leito do rio.

Já a segunda versão relaciona-se com o auge do período de extração mineral na região. Conta-se que, em 1729, com a crescente exploração de diamantes na região de Diamantina, o governo procurou meios de conter o contrabando das pedras preciosas. Assim, por ordem do governador, foi enviado um pelotão de Diamantina para as margens do Rio Paraúna, local considerado estratégico para impedir o comércio ilegal das pedras.

Este pelotão fundou o Quartel do Peixe e os soldados que ali viviam, devido à precariedade de condições para obter mantimentos e impedidos de se ausentar de seus postos, alimentavam-se basicamente dos peixes no Paraúna. Como não conheciam técnicas de conservação dos pescados, acabavam consumindo alimentos deteriorados e, certa vez, muitos acabam morrendo no local. Os militares abriram covas e enterraram os companheiros por ali mesmo.

Depois de muitos anos, o quartel foi desativado e abandonado. Um fazendeiro rico da região chamado Antonio Francisco Pinto, conhecido como Canequinho, resolveu doar três alqueires de sua propriedade para a Igreja, solicitando que, em troca, fosse construído no terreno um cemitério para onde fossem transferidos os restos mortais dos soldados do antigo quartel. Nascia assim o Cemitério do Peixe.

Uma terceira versão também remete à exploração de diamantes. Reza a lenda que um escravo, conhecido pelo nome de Peixe, teria fugido de seu senhor, levando grande pedra preciosa que encontrara numa mina. O fazendeiro, junto a um capataz ou capitão do mato, foi em seu encalço e, depois de muito procurá-lo, o encontrou morto, tendo nas mãos o diamante. O local onde o corpo do escravo Peixe foi encontrado seria onde o cemitério.

Curiosidade maior ainda é que, dizem, todas as mortes relacionadas à origem do povoado – do padre, dos soldados e do escravo – teriam ocorrido no dia 15 de agosto, Dia de São Miguel e Almas.

Guardiã solitária

Isolada no lugarejo simples, Carlota de Oliveira Brandão, dona Lotinha, que vive com seu filho Zezinho, é quem zela pelas casinhas e pela igreja durante todo o ano. Nascida no Cemitério do Peixe, dona Lotinha ali se casou, teve os filhos e enviuvou há cerca de 20 anos.

Ainda casada, morava num sítio no entorno do lugarejo e, após a morte do marido, mudou-se para uma das casinhas do Peixe. Os filhos foram se mudando, em busca de oportunidade de trabalho, ficando apenas Zezinho a lhe fazer companhia. Atualmente, para garantir sua sobrevivência, dona Lotinha presta serviços domésticos em uma fazenda nas proximidades do Cemitério.

Apenas em agosto, dona Lotinha tem companhia, por época do Jubileu das Almas, quando os romeiros lotam as casinhas, celebrando graças alcançadas ou fazendo seus pedidos a São Miguel e Almas. É quando as casinhas caiadas de branco e os espaços vazios do Cemitério do Peixe ganham vida, numa grande demonstração de fé.

Fonte: Ailton Batista – Analista de gestão, proteção e restauro da Diretoria de Proteção e Memória